

CAPÍTULO I

FIRMINO COSTA E A EDUCAÇÃO EM MINAS NO INÍCIO DOS NOVECENTOS: A PRODUÇÃO DE UM LUGAR

Qualquer tempo é tempo.

A hora mesma da morte

é hora de nascer.

Nenhum tempo é tempo

bastante para a ciência

de ver, rever.

Tempo, contratempo

anulam-se, mas o sonho

resta, de viver

(Carlos Drummond de Andrade, 2002, p. 25)

Eram tempos de mudanças aqueles da República recém inaugurada. Mas nem tanto. Havia mais uma tensão entre o que conservar e o que mudar. Seria mais adequado falar sobre tempos de rupturas e continuidades, de um novo que ainda não era, sempre apresentado por oposição a um velho que ainda não havia deixado de existir. Tempos em que se acreditava que as idéias de um vir a ser traziam em si a força de transformação necessária às causas do porvir, defendidas como sendo todas elas as mais absolutamente exigidas para a “nova” sociedade. E, em muitos casos, entre as tessituras das tensões das esferas sociais mobilizadas, essas idéias trouxeram em si germes de transformação, capazes de mobilizar redes de sociabilidades inteiras para a materialização de seus dispositivos, sobretudo na educação.

Há 18 anos da Promulgação da República, numa pequena cidade do interior de Minas Gerais, localizada ao sul do estado, um professor lutava para ver implementada uma escola, a de Lavras. Não se tratava de uma “escola isolada”¹ como era o comum naqueles tempos, mas um conjunto de quatro classes. Mais que isso: uma escola que fosse um modelo para o estado. É que, dentre os aspectos educacionais mais inovadores que foram gestados no pensamento republicano, estavam as concepções educacionais, consubstanciadas na idéia de Grupo Escolar².

¹O Ensino Primário em Minas Gerais, no final do século XIX, era realizado nas chamadas escolas isoladas, que funcionavam em casas particulares, prédios públicos ou até mesmo em espaços cedidos pela igreja” (Pereira, 2005, p. 25).

² Souza (1998) apresenta uma análise histórica sobre o surgimento dos Grupos Escolares, em alguns países europeus e nos EUA, assinalando algumas características em comum entre esses, tais como a noção de classes e séries, o ensino simultâneo, os programas graduados e concêntricos, dentre outros, mas, sobretudo, a adoção do método intuitivo. Segundo a autora, a “moderna organização da escola primária tornou-se um modelo cultural adotado por vários países, resguardadas as peculiaridades locais. A generalização desse modelo foi

E, dentre aqueles que lutaram para a consecução da idéia, é provável que nenhum tenha feito da forma com que Firmino Costa o fez.

O quinto de uma família de nove filhos, Firmino Costa Pereira nasceu em 1869, em Niterói, por acaso. Sua mãe, D. Maria Custódia do Carmo estava na cidade para um tratamento de saúde. Mas, assim como seus pais, ele sempre se considerou cidadão de Lavras, pois ali passou toda a sua infância e depois, boa parte da sua vida adulta. Descendia de uma família de políticos locais pelo lado materno, sendo que sua mãe era irmã de Firmino Antônio Salles, pai de Francisco Salles, que chegou a ser presidente do Estado de Minas entre 1902 e 1906. Pelo lado do pai, descendia de uma família de holandeses, cujo avô, Karl Joseph van der Zuland, teria vindo para o Brasil em 1815, como comerciante de pedras preciosas, e se casado com Ana Delminda Diniz Costa Pereira, natural de Carrancas, cidade vizinha à Lavras. O casal teve um único filho, o pai de Firmino: Antônio José da Costa Pereira.

Do tio Firmino Salles, Firmino admirava a integridade de uma vida austera, respeitosa e a força de sua vontade política, pois em 1884, dotou a cidade de Lavras de abastecimento de água potável com a ajuda de seu pai, Capitão Costa Pereira, como era conhecido. O pai de Firmino também exerceu a profissão de comerciante por um bom tempo e, segundo Dias (1985, p. 134), essa teria influenciado bastante a personalidade de seu filho, quando ele assume a direção do grupo escolar. Contudo, não parece ter sido apenas o exercício da administração de um comércio local que marcou a personalidade de Firmino, em sua vida familiar. Para ele, o pai era exemplo de homem dedicado à família, comprometido com as necessidades da comunidade local e com aptidão para o trabalho manual, pois fazia os trabalhos de selaria e de marcenaria para atendimento do seu estabelecimento comercial. Provavelmente, foi a partir daí que Firmino atentou para a importância do trabalho para a educação na formação do povo brasileiro. Importância que será reiteradamente defendida e reivindicada para o Grupo Escolar de Lavras, junto ao órgão público responsável pela educação, a Secretaria do Interior e, mesmo depois, permanecendo como referência constante em seu propósito educativo, conforme veremos nos tópicos seguintes.

A admiração ao seu pai se direcionaria para além do amor ao trabalho e das aptidões comerciais e encontraria nas convicções políticas o seu altiplano. Visto como liberal extremado, o Capitão Antonio Pereira, ex-combatente nas revoltas³

rápida e sua universalização situa a escola elementar no centro dos processos de transformação social e cultural que atingiram todo o Ocidente nos séculos XIX e XX" (Souza, 1998, p. 22).

³ Nos anos que antecederam 1842, período em que Dias (1986, p. 135) afirma que o Capitão Costa Pereira retornou à Lavras, ocorreram diversas revoltas em todo o país, geralmente levadas pela insatisfação com as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas políticas.

que antecederam a República, recomeçou a vida em Lavras como lavrador sem jamais deixar de expressar, ainda que no aconchego do lar, seus anseios militares. Todavia, passada a época das revoltas do Império, o entusiasmo com a República era traduzido pela construção do progresso através do trabalho. Parece-nos que, também do pai, Firmino herdou um liberalismo já mais moderado, a importância da ascensão da vida militar e o desejo de trabalhar pela construção da nação brasileira. Não poderia ter escolhido uma melhor maneira de congregar essa tríplice herança do que na educação, precisamente em suas primeiras configurações, na forma com que apreendeu e deu vida às idéias sobre os grupos escolares.

O evidente prazer da leitura e do estudo sistemático, que pôde ser entrevisto através daquilo que Dias (1986, p. 135) considerou como um hábito cultivado e compartilhado por seu pai, certamente contribuiu muito para a sua formação intelectual e lhe possibilitou a participação nas aulas de renomados professores em São Paulo, onde foi fazer o curso preparatório. Esse curso era destinado àqueles que almejavam e que tinham as condições necessárias para cursarem o ensino superior, mas também era correspondente ao curso secundário ou ginasial. Embora Firmino Costa nunca tenha cursado a faculdade, possuía uma agudeza intelectual que o possibilitava, inclusive, ainda na juventude, elaborar críticas consistentes sobre a forma e o conteúdo com que alguns professores o ensinavam, mesmo considerando-os como competentes. Um exemplo desse fato é apresentado por Dias (1986), segundo o qual, Firmino, em um excerto biográfico, aponta sua insatisfação com o ensino da Língua Portuguesa, tanto do ponto de vista do conteúdo como do metodológico. A insatisfação o teria estimulado a escrever uma gramática⁴ baseada em novos princípios, elaborados a partir da consulta a vários compêndios de metodologia. Por isso, o autor ressalta que “é importante observar o espírito crítico que impulsionava, desde o início, sua sede de aprender: noutras palavras, a inquietação intelectual.” (p. 136)

Além da época dos estudos preparatórios em São Paulo, seu processo de formação intelectual, desencadeado e alimentado pela leitura e pelo estudo sistemático, contou com a contribuição de três intelectuais lavrenses, aos quais ele atribui o fato de ter sido encaminhado para as letras através de conversações instrutivas e proveitosas, considerando que, para ele, mais do que conhecimentos, esses senhores possuíam sabedoria. Trata-se de respeitosos cidadãos, com grande influência local. O primeiro desses, era o Dr. Augusto Silva, médico e espírito, com importantes escritos inéditos sobre essa religião; o segundo, o professor Samuel

Embora o autor não tenha precisado de qual delas o pai de Firmino teria sido ex-combatente, a data mencionada nos leva a crer que ele se refira às revoltas “liberais em Minas Gerais e em São Paulo” (Fausto, 2003, p. 167 e 564).

Gammon, um missionário evangélico norte-americano, e o terceiro deles, o Monsenhor Aureliano Deodato Brasileiro, o Padre Licas para os amigos, que era um erudito professor de Teologia e Filosofia.

O que nos chama a atenção nessa rede de sociabilidade de Firmino é a sua habilidade em conciliar as diferenças religiosas em uma época em que havia ainda uma forte presença da igreja católica na cultura local. Parece que a necessidade do diálogo e da reflexão para a implementação da educação fez com que ele as ultrapasse. Além disso, de acordo com Dias (1986), ele "sempre desenvolveu, realmente, uma atitude de tolerância e de respeito às crenças, às opiniões e aos sentimentos do próximo. A valorização da tolerância aparece, ao longo da vida, em muitos de seus escritos, assim como na palavra dirigida aos alunos e colegas." (p. 138) O fato tanto nos sinaliza para uma visão mais cosmopolita das suas formas de viver, certamente construída a partir da experiência em São Paulo, como também explica, ao menos em parte, a determinação em perseguir e defender habilmente a laicização do ensino público em Lavras.

Seja como for, a rede de sociabilidade local, que acabou por se estender por boa parte do estado, também será providencial para a realização de seus propósitos como diretor do Grupo Escolar de Lavras, sobretudo como forma de mobilização da sociedade local, tanto para a visibilidade desejada para o projeto educacional, como para angariar recursos para ele.

Nove anos depois de ter comemorado a República publicando um discurso sobre o novo regime na imprensa lavrense, casou-se em 1898, aos 29 anos, com Dona Alice Bueno, oriunda de tradicional família local e teve oito filhos. Além dos exemplos de homens trabalhadores, tais como seu pai e seu tio, pode ser que a necessidade de sustento da família o tenha levado ao exercício de diversas atividades profissionais, tais como a de comerciante à frente da casa comercial do pai⁵, a de secretário da Câmara Municipal e até a de vereador. Certamente que o exercício dessas profissões, associadas ao percurso de estudioso, informaram, em grande medida, a sua atividade de diretor do Grupo Escolar de Lavras, entre 1907 e 1925, e a constituição do seu repertório de idéias e concepções.

Para a sua formação autodidata, dentre as muitas leituras e estudos realizados, Firmino Costa privilegiou a literatura clássica portuguesa e brasileira, mas, sobretudo, as obras em circulação sobre estudos pedagógicos, tais como as

⁴ COSTA, Firmino. *Gramática Portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921, 279 p. (Dias, 1986, p. 239).

⁵ O pai de Firmino Costa, Antônio José da Costa Pereira morreu no ano de 1899 quando então, o filho passa a ser o proprietário da casa comercial Firmino da Costa Pereira, como passou a ser denominada. Analisando os relatórios do Grupo Escolar de Lavras, Pereira identificou que a aquisição de parte do material, requerido pelo Grupo Escolar de Lavras à

de Pestalozzi, Claparède, John Dewey, e de alguns pensadores brasileiros, como Rui Barbosa, dentre outros.

Esse percurso intelectual de estudo sistemático possibilitou a ele assumir a docência das aulas de português no curso secundário, em 1906, no Instituto Samuel Gammon. Contudo, não obstante a insistência do diretor americano para que continuasse com as aulas no instituto, a partir do ano seguinte, nomeado pelo presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro, e tendo Carvalho Brito⁶ à frente da Secretaria do Interior, foi nomeado diretor e passou a implementar o Grupo Escolar de Lavras. Tal nomeação representava uma das muitas mudanças ocorridas na educação no estado a partir da Reforma Educacional de 1906⁷.

As fontes consultadas não nos informam sobre os detalhes do processo através do qual ele foi escolhido e designado para essa função. Evidentemente que o fato de ele ser uma pessoa de certa visibilidade na comunidade local, tanto por sua cultura e atividades profissionais, como em função do parentesco com Francisco Sales, que ainda gozava de prestígio nas esferas políticas do estado, poderia significar um indício da amplitude de sua rede de sociabilidade. Nesse sentido, Peixoto (1999) aponta ainda, para uma outra possibilidade quando afirma que "Firmino Costa estava entre as pessoas que ajudaram a levar avante essa Reforma, sendo as suas relações com o Secretário do Interior, Carvalho Brito, muito próximas e amistosas" (p. 188).

Secretaria do Interior, foi adquirida no referido estabelecimento, conforme comprova a nota de compra (Pereira, 2005, p. 50).

⁶ Secretário do Interior responsável pelo o Setor de Instrução, Tomás Carvalho de Brito já tinha uma intensa vida pública aos 34 anos. "(...) nasceu em Itabira do Mato Dentro. Muito precoce, aos nove anos de idade, foi plenamente aprovado em todas as matérias do curso primário; seguiu preparatórios em sua terra e em São Paulo, para depois formar-se numa das primeiras turmas da Faculdade de Direito de Ouro preto. Casou-se e trabalhou como jornalista em São Paulo, iniciando, depois, sua carreira pública em Minas Gerais, onde foi eleito, sucessivamente, deputado estadual e federal" (Dias, 1986, p. 152) O autor chama a atenção para o fato de que, quando foi convidado para o cargo, por João Pinheiro, antes de promulgada a reforma, o político teria feito uma viagem de estudos à Argentina. Ressalta como uma curiosidade "que um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da educação popular na Argentina foi Domingo Sarmiento, professor, escritor e presidente; seu nome foi incluído, por Firmino Costa, numa seleção dos dez maiores pedagogos de sua preferência." (Dias, 1986, p. 153) Esse fato reforça a presença marcante de um e de outro nas respectivas redes de sociabilidade. Contudo, depois da morte de João Pinheiro em 1908, Carvalho Brito cai em relativo ostracismo e assume o cargo Estevam Pinto (Pereira, 2005, p. 88).

⁷ Em substituição ao sistema de quatro escolas isoladas, até então predominante no estado e também no país, João Pinheiro introduziu a Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, que autorizava ao governo a reformar os ensinos primário, normal e superior do Estado, e o Decreto nº 1969 de 3 de janeiro de 1907 o qual aprovou o Regimento Interno dos Grupos Escolares, inaugurando, inclusive, a adoção dessa nova nomenclatura. (Mourão, 1962, p. 95-95) Segundo Souza (1998), essa "modalidade de escola primária, denominada *Grupo Escolar* foi implantada pela primeira vez no país, em 1893, no Estado de São Paulo e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no final do século passado. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação

A relação de amizade com Carvalho Brito propiciou ao educador uma grande visibilidade nos processos de instauração dos Grupos Escolares no estado, a qual ampliou-se ainda mais na gestão dos secretários do interior Estevão Pinto (1908 – 1910), e mais ainda nas de Melo Viana (1924 – 1926) e Francisco Campos (1926 – 1928). Ainda nos tempos de Lavras, por mais de uma vez foi convidado pelos dois primeiros, a relatar sua experiência de diretor do Grupo Escolar para outros diretores⁸, inclusive os de grupos da capital, além das publicações de seus relatórios e do jornal de sua autoria, intitulado *Boletim Vida Escolar*⁹, sobre os quais nos deteremos mais adiante. Por um lado, a indicação de Peixoto (1999) nos informa sobre as possibilidades que a relação de amizade de Firmino com o Secretário do Interior, Carvalho Brito, inicialmente, representou em termos de visibilidade de suas atividades e pensamentos; por outro, nos remete à relevância das relações sociais, isto é, das redes de sociabilidade para a ocupação de determinadas funções e cargos públicos, posto que, ainda na República, o funcionamento da burocracia estatal permanecia em continuidade com as práticas imperiais. Ao mesmo tempo em que “criava critérios de mérito para seleção de parte de seus funcionários (como concursos públicos) (...) os subvertia, afetada pela lógica afetiva – tanto em sentido positivo, de apadrinhamento, quanto negativa, de recurso à violência (...)” (Alonso, 2005, p. 76).

No caso de Firmino Costa, por todo o material analisado, consideramos que o critério de mérito próprio para ocupar a função de diretor, ainda que inquestionável, como poderemos constatar nas análises sobre os registros de suas atividades como educador, não pode ser dissociado daquele de sua rede de sociabilidade. Isto é, a visibilidade crescente que sua produção posta a circular foi ganhando refletiu e foi potencializada pelas suas relações sociais. E, ao mesmo tempo, foi também o reflexo de uma apropriação original do pensamento circulante nessas mesmas relações, através das quais pôde intercambiar e constituir seus repertórios, reciprocamente.

Algumas passagens sobre a sua formação e as suas primeiras atividades profissionais são especialmente reveladoras para compreendermos de que forma ele chegou à educação, primeiro como professor, depois como diretor e articulador

popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos.” (p. 20-21)

⁸ No caso da capital, na verdade, tratava-se de diretoras, isto é, elas eram mulheres, enquanto a maioria dos professores era homem. Faria Filho aborda com maior profundidade essa questão de gênero na educação mineira no fim do século XIX e início do XX (Faria Filho, 2000, *passim*).

⁹ De acordo com Pereira (2005), Carvalho Brito, Secretário do Interior, escreveu um parecer no Jornal Minas Gerais defendendo o mérito do *Boletim Vida Escolar* para a educação, de autoria de Firmino Costa, como sendo uma importante contribuição a todos aos diretores e professores dos grupos escolares. O jornal passou a circular por todo o estado durante o tempo em que foi publicado (p. 59-60).

das políticas educacionais e, posteriormente, como professor e diretor do Curso Normal em Belo Horizonte. A sua relação com a educação transcendeu os muros escolares e ganhou uma notoriedade conquistada por uma ação educativa que, em grande medida, contribuiu para a renovação educacional no Estado, a qual se fortaleceu, sobretudo, a partir dos anos 20.

Seria importante destacar, das análises acerca dos dados biográficos de Firmino apresentados até aqui, duas questões: na primeira delas está a rede de sociabilidade, que se inicia a partir do contexto familiar e vai se ampliando na medida em que a realização de suas atividades na educação se acentua. A identificação das configurações iniciais dessas redes nos informa sobre as formas através das quais o educador se constituiu em um intelectual com uma significativa atuação política em nível municipal e estadual. Na segunda delas, cabe ressaltar, dentre aqueles aspectos aqui explicitados e que estiveram presentes em sua formação pessoal, aqueles que demonstram certa coerência, isto é, possibilitam estabelecer uma relação com as futuras formas de ação educativa, tais como a preocupação com o estudo por meio da leitura sistemática, com o trabalho, com a formação moral e cívica e militar e, sobretudo, com as formas de ensinar. Nesse último ponto, a formação dos professores e o método intuitivo ocupam um lugar preponderante.

Propusemo-nos a analisar as concepções e idéias presentes no discurso de Firmino Costa através de suas publicações e, neste capítulo mais precisamente, enquanto ele estava na direção do Grupo Escolar de Lavras, entre 1907 e 1925, ressaltando as concepções do educador postas a circular, que estariam em diálogo com a ambiência cultural do período. O contexto a partir do qual seu discurso foi produzido e as principais idéias postas em circulação, desde a Promulgação da República, estão, de alguma forma, conectadas às concepções e pensamentos acerca dos matizes da ambiência intelectual do período, a partir das quais ele constituiu seu próprio repertório.

1.1 A amplitude de sua rede de sociabilidade: uma tensão entre o anúncio e a denúncia em seus relatórios

"O valor de uma pessoa está principalmente no valor de seu trabalho"
(Costa, 1937, p. 14).

A Reforma das escolas públicas, feita em 1906, pelo presidente do Estado João Pinheiro, criou os grupos escolares. Para o Grupo Escolar de Lavras, o 5º de Minas Gerais, foi designado o diretor Firmino Costa Pereira, o qual esteve à frente do cargo desde a inauguração do estabelecimento em 1907 até meados dos anos

vinte, quando, então, é deslocado para a direção de um colégio em Barbacena e, depois, para outras atividades na capital mineira, sobre as quais nos determos nos próximos capítulos, já sob a Presidência de Antonio Carlos.

Indubitavelmente, a implementação dos grupos escolares nas cidades mineiras foi palco de tensões entre forças e interesses políticos, sobretudo se considerarmos a precariedade da educação no Estado (Faria Filho, 2000, p. 28-29). Contudo, Lavras contava com políticos influentes à época tais como Francisco Salles, Pedro Salles, ambos parentes de Firmino, e também com o deputado estadual e médico Zoroastro Alvarenga, os quais deram importantes contribuições às atividades do grupo.

Além dos agradecimentos de praxe, no dia da inauguração, em 13 de maio¹⁰ de 1907, o diretor fez um agradecimento solene ao ex-presidente do estado, lembrando de seus esforços para a concretização daquilo que era desejo de toda a comunidade. Suas palavras foram as seguintes:

Ao digno Presidente do Estado e ao sr. Secretário do Interior nós devemos este Grupo Escolar. Releva, porém, não esquecer um nome tão illustre como o desses, e que grandemente concorreu para a fundação do Grupo – o sr. Francisco Salles, sempre cooperando para o progresso de sua terra, mas sempre envolto no manto de sua modéstia e despretensão (Costa, 1913, p. 11).

Como expressão da influência política ou mesmo como contrapartida dessa, a imprensa local estava mobilizada para propagar a importância da Reforma educacional em curso no estado. Somando o parentesco a esse fato, parece que houve, de fato, uma “influência política traduzida no poder de negociação de políticos da cidade, perante o governo mineiro”. Pereira (2005) afirma que, por isso, “Lavras passa a fazer parte de um grupo de sete cidades mineiras que, na época, possuíam Ginásio, Escola Normal e Grupo Escolar: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barbacena, Diamantina, São João Del Rei e Leopoldina” (p. 35).

Neste tópico analisaremos, na produção escrita de Firmino Costa, no período em que ele esteve à frente da direção do Grupo Escolar de Lavras, as formas através das quais sua atuação intelectual e política se constituiu, sempre articuladas à ação educacional. Estamos considerando que a sua rede de sociabilidade e a sua formação intelectual autodidata, para a constituição de seu repertório de idéias e concepções, exerceram um papel preponderante na trajetória

¹⁰ Pereira (2005) apresenta alguns dados coligidos através da correspondência entre Firmino Costa e a Secretaria da Instrução, que comprovam que a inauguração do grupo foi adiada diversas vezes em função da ausência de materiais necessários, considerando que, não

do educador. Por isso, realçaremos, dos documentos analisados, os aspectos relacionados aos que informam os ângulos de análise propostos, isto é, o lugar de intelectual, mas, sobretudo, o de um articulador político na implementação das práticas educativas propostas pela Reforma.

Primeiramente, tomaremos os relatórios como objetos de análise, considerando que se constituíram como um importante instrumento de acompanhamento e controle dos inspetores sobre as novas políticas propostas pela Reforma, na medida em que, um dos grandes problemas educacionais assinalados pelos próprios relatórios sobre a precariedade da educação, apontava para a absoluta falta de controle do Estado (Gonçalvez, 2005, p. 77). Contudo, segundo Pereira (2005), o último relatório do Grupo Escolar de Lavras, assinado por Firmino, encontrado no Arquivo Público Mineiro, foi o de 1917 (p.16 e 349). Por isso, além da análise dos relatórios, e também dos 34 números do Boletim *Vida Escolar*¹¹, criados e alimentados pelas idéias de Firmino Costa, tomaremos como objeto de análise dois dos três livros publicados pela Imprensa Oficial de Minas Gerais durante os tempos em que ainda exercia a direção do grupo: *O Ensino Popular: varios escriptos*, de 1913, e *O Ensino Primario*, de 1921, principalmente o primeiro deles. Antecipamos que todos os livros serão retomados no capítulo III.

Ao tomarmos os relatórios de Firmino Costa como instrumentos de análise de seus discursos, estamos seguindo a trilha que nos sinaliza Luciano Mendes de Faria Filho (2000), quando apresenta os significados que os relatórios representaram no contexto da construção de uma nova racionalidade escolar. Segundo o referido autor, ao mesmo tempo em que se prestava a uma maior visibilidade das práticas educativas, permitia também um maior controle delas. Desse modo, na condição de fontes de pesquisa, os relatórios nos permitem compreender o processo de constituição da escolarização em Minas Gerais, no começo do século passado e, passam, assim, “a se constituir para nós não apenas como ‘expressão’ de sujeitos posicionados, mas como construção mesmo dessas posições, desses lugares, e, daí, como processos relacionais de instituição de identidades pessoais e profissionais” (p. 17 e 18).

Se a importância dos relatórios como objetos de estudo é inegável, tanto à época em que foram produzidos, como agora, faz-se necessário considerar, entretanto, que, ao tomá-los como objeto de análise, envolvendo as práticas do

obstante a insistência do diretor, a referida secretaria ainda não os havia enviado (p. 46). De qualquer forma, a escolha da data não foi coincidência: dia da abolição da escravatura.

¹¹Os 34 números do boletim *Vida Escolar* foram publicados primeiramente pela imprensa local e circulou entre 1º de maio de 1907 e 15 de novembro de 1908 (Dias, 1986, p. 142).

educador nas dimensões de um intelectual e político como também os boletins e livros escritos por Firmino Costa não estamos reduzindo-as a eles.

Os relatórios de Firmino Costa sobre o Grupo Escolar de Lavras

Através dos relatórios de Firmino Costa pode se vislumbrar o rigor com que ele exercia a direção do Grupo Escolar de Lavras, não só no estrito cumprimento das funções designadas, mas, em muitos casos, numa forma inovadora e, até mesmo, transgressora de o fazer, como também da maneira assertiva com que informava sobre as deliberações aos seus superiores. Esses dois ângulos de análise nos permitem, por um lado, entrever a credibilidade e aceitabilidade de suas idéias inovadoras, inseridas na rede de sociabilidade cuidadosamente construída por ele. Nesse sentido, a intenção é a de apreender a maneira com que informava seus pares, em nível local e estadual, sobre a sua forma de atuação.

Por outro, elencaremos alguns aspectos presentes em todos os relatórios, como de resto nos boletins e nos livros do período, que nos informam mais diretamente sobre as concepções políticas que estiveram articuladas à atuação em relação à realização do projeto educacional, tais como a formação para o trabalho, o combate ao analfabetismo, a luta pela matrícula e a freqüência das crianças e o funcionamento da caixa escolar, na medida em que poderemos evidenciar, através desses elementos, como foi que ele mobilizou as redes de sociabilidade para a consecução da Reforma. Assim, primeiramente analisaremos apenas esses aspectos como forma de evidenciar a dimensão política e intelectual da atuação como educador. Nos próximos capítulos, nos deteremos na dimensão eminentemente educacional, sem desconsiderar que as dimensões aqui abordadas condicionaram as concepções educacionais, presentes em seu repertório, que informavam as práticas educativas e foram, da mesma forma, condicionadas por elas.

Estamos considerando que ele operava a partir de uma tensão entre o anúncio das novas maneiras de conceber a educação, favorecidas pela Reforma, e a denúncia das formas superadas de educar, que ainda insistiam em permanecer, inclusive representadas claramente pela precariedade material, queixa presente de forma mais contundente em alguns dos relatórios.

No papel dos diretores dos grupos escolares, estaria depositada a maior parte da expectativa para que a empreitada alcançasse êxito. A atuação dos diretores seria equiparada a dos inspetores, mas circunscrita aos locais nos quais estivessem os grupos. Reforçando essa importância, os diretores eram considerados pelo Secretário do Interior, Carvalho Brito, como "a alma dos grupos escolares" (Faria Filho, 2000, p. 94 e Gonçalves, 2006, p. 77).

No Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas aprovado pelo Decreto de Nº 1969 em 3 de janeiro de 1907, foram definidas as funções dos diretores dos grupos escolares. De acordo com o documento, competia aos diretores:

(...) proceder à matrícula dos alunos, distribuindo-os por professores e salas; fiscalizar o ensino e a disciplina do estabelecimento, corrigindo o que se fizesse necessário; entender-se com autoridades escolares locais, com pais e tutores, sobre matrícula e freqüência de alunos; ter a seu cargo a "caixa-escolar" e sua escrituração; organizar a folha de pagamento do pessoal; encaminhar ao Governo o expediente dos professores; visar os boletins escolares de aproveitamento, freqüência e comportamento dos alunos, elaborados pelos professores e destinado aos pais e tutores; providenciar o pagamento do pessoal; lavrar os termos de posse dos nomeados, comunicando ao Secretário do Interior a data respectiva, bem como dados sobre licenças (Mourão, 1962, p. 161).

No trecho citado, apenas na penúltima linha, há uma referência à exigência de comunicação de dados ao Secretário do Interior. Para que isso fosse possível, os diretores deveriam manter sob sua responsabilidade alguns livros de registros, os quais deveriam conter dados de "(...) matrícula; de ponto diário; ponto de entrada e saída; inventário geral; biblioteca; folha de pagamento; visitas oficiais, atas e termos de exames e promoções; compromissos, termos de posse e anotações do pessoal; caixa escolar" (Mourão, 1962, p. 164). Somente nas disposições gerais, conforme a disposição do art. 62 do Regimento Interno dos Grupos Escolares, há uma referência mais direta à exigência de boletins, segundo a qual, os diretores deveriam remeter ao Secretário do Interior, anualmente, os dados coletados nos livros de registros, acrescentando, ainda, sugestões sobre o ensino e sobre a parte de material de que se necessitava.

Em 06 de julho, portanto apenas 3 meses depois da inauguração do grupo, Firmino Costa enviou ao secretário, Carvalho Brito, um primeiro relatório informando-o sobre os principais aspectos do processo de implementação do grupo. Embora ainda não se tratasse dos relatórios anuais, já nesse primeiro documento, um aspecto de sua forma peculiar de exercer a função nos chama a atenção. Em uma carta introdutória, na qual ele apresenta o seu relatório, nos informa sobre o que estamos considerando como uma transgressão com relação à adoção da forma de relatar o cotidiano do grupo. Para justificar a adoção dos relatórios em substituição aos boletins, argumenta, em primeiro lugar, que a remessa com o seu pedido de boletins, de responsabilidade do governo, ainda não havia sido enviada.

Inicia a sua missiva, portanto, com uma denúncia, abrindo espaço para, em seguida, apontar as vantagens dos relatórios sobre os boletins. Segundo ele, os boletins seriam limitados para apresentar, de forma mais dinâmica, concisa e articulada, os dados solicitados pela Secretaria. Nas palavras do diretor:

Os boletins se destinam a ministrar ao Governo informações relativas às escolas, mas para fazel-os em conformidade com o regimento, ficará por veses prejudicada a direcção dos Grupos Escolares. A exigência de mencionar diariamente nomes por extenso dos alumnos faltosos consumirá tempo apreciável, que será melhor aproveitado na fiscalização das aulas. Além disso, os boletins, como fontes de informações, teem o inconveniente de ser um trabalho disperso, enquanto o relatório é um documento que apresentará, em conjuncto e em ordem, as ocorrências da escola (Costa, 1907, p. 2 – RGEL/00)¹².

Conclui a carta deliberando sobre a “nova” forma de enviar os dados, mas também tomando a iniciativa de sugerir a periodicidade, a qual, para ele, deveria ser mensal. Contudo, pelo menos no que diz respeito aos relatórios gerais, a periodicidade anual foi mantida.

Não obstante a sua deferência pelas autoridades, sejam elas locais ou estaduais, Firmino Costa demonstrava muita autonomia em relação à expressão de suas idéias e concepções. Ao mesmo tempo em que defendia e lutava para ver implementava a Reforma, denunciava aquilo que deveria ser alcançado. Isso porque, “(...) possuía espírito muito independente, demonstrado nas críticas que fazia a imperfeições e inadequações dos dispositivos estabelecidos pela Reforma”. Desse modo, “(...) ao invés de boletins da vida do Grupo, exigência que fazia fragmentarem-se os dados, preferiu pedir autorização para mandar relatórios periódicos, contendo sempre dados estatísticos do movimento escolar” (Dias, 1986, p. 164 - 165).

Depois de apresentar os dados concernentes ao cotidiano da implementação da vida escolar, tais, como matrícula, aulas, corpo docente, dentre outros, anuncia que iniciou a publicação de um boletim quinzenal chamado *Vida Escolar* e sobre o qual nos deteremos mais adiante. Conclui o relatório fazendo um lisonjeiro agradecimento à Câmara Municipal local, destacando o seu presidente, Sr. Pedro

¹² Para facilitar ao leitor a identificação dos diferentes suportes dos textos de Firmino, com os quais trabalharemos, quando nos referirmos aos relatórios, adotaremos na referência a sigla RGEL, que significa, Relatório do Grupo Escolar de Lavras, seguida pelo número da ordem em que foram escritos os relatórios. O ano apresentado na referência refere-se ao ano da publicação do relatório e não ao ano escolar que relata. Para uma melhor compreensão da seqüência dos relatórios, consultar o anexo I, na pagina 300.

Salles, de quem o grupo escolar seria devedor de inúmeros favores, posto que, a "solicitude do poder municipal, para pôr em prática a Reforma de V. Excia, não pôde ficar esquecida" (Costa, 1907, p.7 - RGEL/00). E ainda inclui um agradecimento final ao secretário de obras municipais de Lavras, Sr. Bernadino Mazeira, também pelos serviços prestados ao grupo.

Esse primeiro relatório, que não é ainda o primeiro relatório anual, nos é revelador no sentido indicar as formas que Firmino Costa imprimiu na sua função de educador, condensada a partir da atuação política, a de intelectual. Pode-se entrever em sua forma de abordar a autoridade, no caso o Secretário do Interior, por um lado, a convicção de que a sua sugestão de substituição de uma prescrição legal, o uso dos boletins, para outra por ele proposta, o uso dos relatórios, será francamente acolhida, o que comprovaria o apreço e a confiança recíproca. Relevamos o cuidado do diretor em tornar público, através de um documento de amplitude estatal, os nomes daqueles com os quais interage localmente, visando à realização de seu projeto educacional. No nosso entendimento, essa é uma de suas estratégias que teriam por objetivo mobilizar a sociedade lavrense em prol da educação do povo, ao mesmo tempo em que daria visibilidade a toda a rede de sociabilidade em nível superior à da esfera municipal, a qual, por sua vez, poderia redundar em benefícios políticos para Lavras, e também para o governo de Minas.

Entre o ano de 1907 e 1918, foram elaborados 12 relatórios, os quais relatam minuciosamente o progresso do Grupo Escolar de Lavras. Em todos eles há em comum, já na introdução e durante cada um dos tópicos, uma defesa incondicional expressa como uma adesão pessoal e inarredável da Reforma¹³ do ensino primário que, geralmente, aparece articulada a uma série de reivindicações com relação às promessas legais que ainda não foram realizadas. Pode-se identificar claramente a presença constante da tensão entre o anúncio e a denúncia nos relatórios. Por um lado, eles anunciam os progressos do grupo em relação à adesão aos princípios da Reforma e à superação paulatina dos problemas educacionais que ela se propôs a reformar. Por outro, eles não só denunciam aquilo que a Reforma ainda não fez dentro do que se propôs, como também sugerem novas formas que poderiam enriquecer a configuração inicial. A dimensão da denúncia, geralmente, vem atrelada à crítica contumaz das práticas educativas antes da Reforma, isto é, para realçar o novo, era preciso mostrar o velho como decrépito e degenerado.

¹³ Em 1911, tendo Júlio Bueno Brandão como presidente do estado, o Secretário da Instrução passa a ser Delfim Moreira, e é proposta uma outra reforma na educação: Lei nº 533, de 24 de setembro de 1910, regulamentada pelo Decreto nº 3.191, de 9 de junho de 1911 (Gonçalves, 2005, p. 35). A referida reforma propõe uma revisão da anterior. Para maiores detalhes dessa reforma, consultar Mourão (1965, p.182).

Parece-nos que essa prática de apresentar o novo por oposição ao velho, correspondente à tensão entre a denúncia e o anúncio, com a qual estamos operando, será constante nos pronunciamentos e textos dos educadores, sobretudo a partir dos anos 20. Carvalho (1998), analisando as concepções do “novo” nos discursos dos intelectuais que integraram a Associação Brasileira de Educação – ABE, afirma que o maniqueísmo nos discursos pretendia produzir “imagens da realidade brasileira que opositivamente se interqualificam”, para que as mudanças propostas pudessem adquirir um lugar definido contra as incertezas que o futuro supostamente anunciava. Segundo a autora:

O presente é reiteradamente condenado e lastimado, sendo caracterizado de modo a fundamentar temores de catástrofes eminentes, que atingiriam o país se a campanha não tivesse os resultados desejados. O futuro é insistentemente aludido como dependente de uma política educacional: futuro de glórias ou de pesadelos, na dependência da ação condutora de uma “elite” que direcione, pela educação, a transformação do país. Romper com a sociedade presente, transformá-la em passado, superá-la são operações que se constroem no discurso (p. 141).

Firmino Costa, bem antes dos intelectuais que criaram a ABE, já tinha incorporada ao seu discurso essa estratégia, fartamente usada como forma de convencimento acerca das possibilidades redentoras que a prática educativa, requalificada pelas ciências nascentes, poderia contribuir para a campanha educacional, a qual, em última instância, mirava um projeto civilizador para o progresso da nação.

No nosso entendimento, ainda que as proposições de Firmino Costa expressas em seus documentos não tenham sido prontamente atendidas, o que mantém e sustenta essa tensão, já considerando a confiança no acolhimento delas em função de sua rede de sociabilidade, seria a propriedade com que ele apresenta os argumentos, tanto com relação às práticas anteriores, quanto às possibilidades acenadas pelo novo momento. Seu conhecimento sobre a causa educacional, tanto na perspectiva teórica, sustentada pelo repertório acerca das idéias dos autores em circulação à época, quanto prática, inserida no contexto local, parece ser, em diversas passagens, bastante consistente. Vejamos, então, algumas expressões mais significativas dessa dinâmica, presentes nos relatórios.

No relatório referente ao primeiro ano escolar de 1907, publicado em janeiro de 1908, logo na introdução ele se interroga sobre a sua fidelidade e dedicação ao

cumprimento do programa¹⁴ apresentado por ele no discurso inaugural, em atendimento às diretivas legais. Responde, em seguida, em tom de modéstia, que tem feito tanto quanto lhe tem sido possível. Reforça o entusiasmo e crença na referida Reforma, sobretudo em função dos frutos que tem colhido e, passa então, a relatar os aspectos mais relevantes, tais como o número de matrículas, as classes e as respectivas professoras, os trabalhos escolares, os métodos de ensino, preferências e avanços dos alunos, os conteúdos de ensino propostos no programa, dentre outros. A estrutura de organização dos itens presentes nos relatórios será mais ou menos observada em todos eles. Em diversas passagens ele exalta a pertinência do programa em relação aos itens acima relacionados, como por exemplo: “os trabalhos escolares desta casa evidenciaram as excellentes qualidades instructivas e educativas do programma de ensino. Ele é ótimo guia para o professor.” Ou então “o programma tem razão de considerar facil, rapido, econômico e hygienico o typo de letra vertical (...)”. Ou ainda “o methodo de palavrção, que o programma adoptou para o ensino de leitura, deu aqui admiráveis resultados com os alumnos mais desenvolvidos da oitava escola.” (Costa, 1908, pp.6 - 16 – RGEL/01)

Simultaneamente à defesa do programa de ensino, proposto pela Reforma, transita pelo campo da denúncia quando declara a importância que dá ao ensino profissional agrícola e que o grupo ainda não teve condições de organizar adequadamente as aulas por falta de meios. Segundo seus argumentos, “a aprendizagem de um ofício dará um novo alento aos meninos para prosseguirem os estudos até o quarto anno, e tornará mais evidente a alguns Paes a conveniência de educar os filhos (...)”. Continua sua exposição com um pedido às autoridades, nos seguintes termos “(...) se eu pudesse pedir-vos com instancia alguma coisa, seria a de dar aqui completa organização ao ensino profissional” (Costa, 1908, p. 16 – RGEL/01).

Esse excerto do relatório denota duas das principais preocupações do educador constantes durante todo o período de sua gestão do grupo: a formação profissional e o problema com a frequência dos alunos. Geralmente, em seu discurso, ambas são tratadas de forma articulada. Com relação à primeira, na conclusão do relatório, reforça que, se nem todos os pais ainda compreendem a exigência da educação para a formação de um chefe de família, que seja também um bom cooperador do estado, todos concordam com relação “às vantagens do

¹⁴ Segundo Mourão (1962, p. 99), “Pouco depois da lei Nº 439 de 28 de setembro de 1906, com que o Presidente João Pinheiro deu substancial reforma ao ensino primário, normal e superior do Estado de Minas Gerais, teve aquele estadista a preocupação de determinar horários e programas de instrução elementar. Para tanto, baixou o Decreto nº 1947 de 30 de setembro de 1906, ainda mesmo antes da aprovação do regulamento do ensino primário e normal, recém-reformado.”

ensino profissional. Assim, por causa deste que é indispensável, o menino terá o estudo primário, que é essencial” (Costa, 1908, p. 28 – RGEL/01). Nesse sentido, o ensino profissional, além da formação para um ofício, traria em si um fator de motivação, considerando a possibilidade de trabalho e de renda mais imediata para os pais se conscientizarem e enviarem os filhos à escola.

O problema da freqüência era atribuído, em grande parte, à ignorância e ao egoísmo dos responsáveis pelas crianças. Mas, além disso, o diretor propõe ao secretário, através do seu relatório, outras providências para o combate ao problema. Dentre elas estão a proibição de funcionar escolas particulares sem as devidas instalações, sem programas e horários aprovados, sem controle de matrículas e freqüência e, em caso de insistência dessas em funcionar, infligir penas aos respectivos responsáveis, de maneira geral, um professor. Mas, a principal providência seria a de “tornar o ensino primário obrigatório, ao menos nos lugares, onde houver Grupos Escolares” (Costa, 1908, p. 09 – RGEL/01). Essas providências sugeridas demonstram que o autor defendia uma universalização da lei, a qual deveria ser assumida pelos políticos responsáveis, isto é, das escolas particulares também se deveria exigir o cumprimento das orientações da Reforma.

Atribuiu também o problema da freqüência aos horários escolares¹⁵ que estariam em desacordo com o horário do almoço das crianças, contribuindo em muito para a ausência delas. Segundo ele, para o bem da “freqüência convem funcionarem as aulas das onze horas às três, e não das duas às duas, por coincidir a abertura da escola com a hora do almoço” (Costa, 1908, p. 20 – RGEL/01).

Na conclusão desse relatório, reivindica recursos para o adequado aparelhamento do grupo visando ao funcionamento do ensino profissional, como um significativo reforço no combate ao problema da freqüência. Demonstrando compreensão acerca das restrições orçamentárias, Firmino Costa argumenta que, se o estado não tem como estender o benefício a todos os grupos, que o faça em relação àqueles que têm mais condições de oferecer esse curso. Para tal, conclui solicitando que seja enviado um emissário para avaliar as referidas condições do Grupo Escolar de Lavras (Costa, 1908, p. 28 – RGEL/01).

O segundo relatório anual do grupo, de 2 de dezembro de 1908, relativo ao ano escolar de 1908, se estrutura da mesma forma que os dois primeiros, mas alguns aspectos são acentuados e a argumentação mais aprofundada. Permanece a dinâmica da exaltação e da cobrança, com um novo ingrediente: o de se colocar à disposição para a divulgação, em outros grupos, de suas experiências educacionais desenvolvidas no grupo de Lavras. Tendo conseguido a instalação do ensino

¹⁵ De acordo com Gonçalves (2006, p. 119) e Faria Filho (2000 p. 74) esse problema era constante também em outros grupos do estado, inclusive nos da capital.

técnico, organizado em quatro oficinas e inaugurado no dia 13 de maio, dia de aniversário do grupo, o que faltaria incluir na Reforma, segundo Firmino, seria a integração do ensino comercial no programa a partir do 3º ano. O diretor se adiantou nesse sentido, pois já a havia introduzido em seu grupo e recomendava, assim, que outros grupos também o implementassem.

Uma nova questão que aí se apresenta de maneira contundente é a do combate ao analfabetismo. Para Firmino, esse o deve ser a principal bandeira da Reforma e daqueles que a acreditam como condição fundamental ao progresso do estado. O principal meio de combatê-lo, de acordo com seu discurso, seria só mesmo obrigando os pais ou responsáveis a matriculem e manterem seus filhos na escola. Nesse sentido, recomenda que, uma vez que na lei já existe, a obrigatoriedade da instrução primária, em termos de matrícula e frequência, o governo deveria exigir seu cumprimento, ao menos naquelas cidades nas quais já tenham um grupo escolar, posto que não teria ainda recursos para oferecer a educação primária a todas as crianças. Para ele, enquanto não houvesse a obrigatoriedade, inclusive com penalidades previstas para os pais, seria em vão a cobrança legal da frequência, isto é, apenas uma comprovação através de registros nos relatórios da inspetoria (Costa, 1908, p. 03 – RGEL/02).

Focando a atenção na urgência do combate ao analfabetismo que ainda assolava as terras de Minas, Firmino considerava que o lugar mais privilegiado para isso era o Grupo Escolar, que em tudo mostrava-se superior ao da escola antiga. Todavia, não tendo o estado ainda condições de lutar contra a ignorância do povo, deveria aproveitar ao máximo o espaço dos grupos já implantados. Para tal, o governo deveria manter grupos modelos em cada uma de suas zonas, funcionando como focos de instrução a iluminar o entorno. Conclui o relatório colocando-se de pronto para que o grupo sob sua direção pudesse ocupar a posição. Desse modo, diz que “guiado por essas idéias, finalizo o presente relatório renovando os pedidos que nelle vos faço, a fim de que o Grupo Escolar sob minha direção possa vantajosamente cooperar com os institutos de ensino desta cidade para generalizar a instrução a todo o povo Lavrense” (Costa, 1908, p. 16 – REGL/02).

No relatório está clara a expressão de desejo de que o grupo de Lavras se torne uma escola modelo para o estado, objetivo perseguido com sofreguidão pelo seu diretor e compartilhado por aqueles envolvidos na ambiência intelectual e política local. Não obstante as reiteradas afirmativas sobre o acolhimento da proposta e a disposição de colaborar da comunidade lavrense, denuncia, ainda que de maneira breve, o desagrado de alguns com a Reforma. Segundo o educador, “a

uns não agrada o caráter leigo do ensino¹⁶, a outros não parece bom o novo methodo de leitura, esse são contrários aos hymnos patrióticos, aqueles são avessos á instrucção militar, e assim por diante (...)" (Costa, 1908, p. 14 – RGEL/02).

Ainda no documento, ele relata sobre os três balancetes realizados, dois da Caixa Escolar e um da Caixa do Ensino Técnico, nos quais ele apresenta o crescimento dos recursos aí amealhados sob sua administração. Embora a criação das caixas escolares, sob a responsabilidade dos diretores, fosse prevista no regimento¹⁷, nos chama a atenção a forma com que Firmino Costa as implementou. Com o objetivo de subsidiar a educação dos alunos pobres, foram colocadas caixas em diversos estabelecimentos públicos da cidade para que toda a comunidade pudesse colaborar. Membros ilustres da sociedade lavrense contribuíam para a caixa e a ação deles acabava por obter notoriedade, sobretudo através de notícias no boletim *Vida Escolar*.

Somados aos recursos advindos das festas, quermesses, vendas de artefatos produzidos pelos alunos, no aniversário daqueles alunos mais abastados, como expressão de civismo e solidariedade, eles deveriam fazer uma doação para a Caixa Escolar que ficava no próprio grupo. Pereira (2005) defende que a ação de angariar recursos, mobilizada por Firmino Costa, através da caixa escolar, foi um fator importante para a forte relação que se estabeleceu entre a cultura escolar que se desejava ver implantada e a sociedade de Lavras. Seja como for, ele atribui também a essa mobilização, o fato de que a frequência tenha crescido 93% em apenas 4 anos (p. 121 e 124).

Além dos tópicos ordinários que ressaltam o progresso do grupo, novamente preconizado pelo seu diretor para ser uma escola modelo do estado, o problema da ampliação do ensino técnico é retomado no terceiro relatório, de 10 de dezembro de 1909, referente ao mesmo ano escolar, como forma de agilizar o ingresso dos filhos da classe operária, predominantes entre os alunos do grupo, nos trabalhos remunerativos. Para isso apresentou um projeto de curso técnico complementar para funcionar anexo ao grupo, no qual o aluno poderia concluir sua formação em

¹⁶ De acordo com Pereira (2005), os membros da igreja católica local sequer participaram das festividades de inauguração do grupo, como expressão de desagrado com o caráter laico da Reforma. Para ele, Firmino Costa também atribuiu a infrequência como expressão de uma resistência à nova cultura escolar, que não propugnava o ensino religioso, como uma pressão da igreja sobre algumas famílias lavrenses (p. 78).

¹⁷ Pereira (2005) relata que o secretário Delfim Moreira publicou um apelo no sentido de uma maior atenção dos diretores ao atendimento do decreto de nº 1860, de 16 de dezembro de 1906, sobre a instituição das caixas escolares como recurso de incentivar e fomentar a frequência dos alunos pobres na escola. Contudo, parece que o decreto foi revogado e entrou em vigor o regulamento nº 3.191, o qual re-organizava o funcionamento das caixas escolares, tornado-as uma instituição local que deveria ter seus próprios estatutos (2005, p. 122 – 123).

uma das 4 oficinas oferecidas. Tendo sido dirimida essa questão, Firmino passa a argumentar em favor de uma nova necessidade: o ensino agrícola. Para ele, a maior potencialidade de riquezas no nosso estado ainda residia nas possibilidades do cultivo e plantio de espécies e na criação de animais. Contudo, também a ignorância do povo impedia o desenvolvimento de melhores formas de trabalho nesse campo.

Toda a conclusão do relatório se organiza no sentido de conclamar as autoridades, cientes da questão, para dar prioridade ao grave problema social e econômico de nossa terra. Por isso, embora considere que "falar é perder tempo, o que cumpre é agir" pede a elas, em um estilo ardoroso, que "concedei-me, pois, sr. Secretário, o que vos peço ao finalizar o presente relatório: fazei vir a essa cidade um engenheiro do Estado para adquirir, amigável ou judicialmente, o terreno necessário, e para levantar o plano do campo pratico anexo ao grupo" (Costa, 1909, p. 11 - RGEL/03).

De fato, o esforço em designar e articular um espaço próximo ao grupo como uma doação, ainda que pequeno, para o cultivo de algumas hortaliças e árvores frutíferas, além do jardim já existente e cultivado pelos próprios alunos, representou a preocupação constante no discurso sobre a questão do ensino agrícola. Chama-nos a atenção a visão ampliada do educador, que ora haure fundamentos nas teorias subjacentes ao texto legal da Reforma, ora atinge as concretas exigências contemporâneas de um povo recém saído da escravidão e ainda articula umas às outras para a mobilização das estratégias possíveis à realização do seu intento utilizando a da abertura que construiu com os políticos da época.

No quarto relatório, relativo ao ano escolar de 1910, na introdução, Firmino Costa enfatiza os progressos do grupo, sobretudo no que diz respeito à matrícula e à frequência dos alunos. Explica que isso se deve ao fato de que as famílias, cada vez mais, consideram e valorizam o grupo e que o êxito dos alunos representa o esforço e dedicação de todos os envolvidos no trabalho educacional. Contudo, pondera que se continuar recebendo a atenção que até então o grupo vinha recebendo dos antecessores, muito ainda poderá ser feito. O fato nos sinaliza que houve uma mudança no cenário político de Minas. Delfim Moreira assumiu a pasta da Secretaria do Interior, desde o ano anterior.

No documento o diretor relata que conseguiu levar água para horta e, os trabalhos agrícolas já contam com a direção de um agrônomo, Dr. Benjamim Hunnicut, depois que "o decreto estadual nº 2.940 auctorizou a desapropriação do terreno necessário". Lembra à autoridade o quão ele tem sido insistente na instalação do curso, mas que, quando atingisse seu intento, o grupo poderia

receber alunos que mais se destacaram no curso primário como prêmio desde que fosse concedida a eles uma verba para sustento. Na conclusão, enfatiza a contribuição do curso, o qual funcionaria como um atrativo para a freqüência e a matrícula de novos alunos, e insiste ainda para que o governo intensifique a instrução pública no estado (Costa, 1910, p. 7 – 5 – RGEL/04). Assim, tudo indica que, se o curso agrícola foi implementado, o foi apenas parcialmente ou precariamente, porque nos relatórios subseqüentes a reivindicação ainda é presente.

No quinto relatório, de 02 de fevereiro de 1912, referente ao ano escolar de 1911, a introdução é um tanto quanto lacônica e Firmino passa diretamente aos tópicos ordinários. Em seguida ressalta o funcionamento do curso complementar agrícola, desenvolvido na horta escolar, e o técnico elementar. Relata a realização da exposição de fim de ano com os trabalhos dos alunos e a surpresa causada à comunidade local pela qualidade dos artefatos produzidos por eles. As vendas dos objetos e móveis, que também abasteciam em parte as necessidades do próprio grupo, representaram alguma receita para a Caixa Escolar, conforme demonstra um balancete remetido em anexo (Costa, 1912, p.6 – RGEL/05).

Já através de uma introdução mais extensa, Firmino Costa inicia o relatório do ano escolar de 1912, o sexto deles, agradecendo a visita de Delfim Moreira ao Grupo Escolar de Lavras, atual Secretário do Interior, como também “tantos testemunhos de benevolência” para com ele. Destaca que, quando a escola ou o trabalho realizado são valorizados pelas autoridades, têm o poder de reavivar a crença no futuro da nação. No relatório o diretor parece mais entusiasmado do que nos dois anteriores, podendo significar que ele estivesse, então, com maior segurança da receptividade e reconhecimento, pelo secretário atual, do seu trabalho desenvolvido junto à direção do grupo. O fato de que no relatório, além dos temas ordinários, ele se propõe a apresentar algumas de suas idéias sobre o ensino público primário, corrobora nossa impressão (Costa, 1913, p. 1 – RGEL/06).

As idéias apresentadas giram entorno das questões recorrentes em relação à formação do povo para a construção da nação através do trabalho traduzido em forma didática para o ensino técnico e agrícola e através da educação Moral e Cívica dos alunos. Aprofunda o tema da higiene e o que tem feito em cada uma das classes. Contudo, nos chama a atenção a forma com que informa sobre a contínua mobilização que ele requisita de toda a comunidade, inclusive e, sobretudo, de dignos cidadãos lavrenses, para a execução do projeto educacional proposto pela Reforma e como a comunidade se mostra acessível aos seus pedidos. O fato pode ser claramente observado, em uma carta datada de 09 de janeiro de 1914 e que antecipa o relatório referente ao ano escolar de 1913, a qual afirma que Firmino

Costa já havia conseguido um médico da região, Dr. Paulo Menicucci, para fazer uma inspeção médica gratuita no grupo escolar.

O texto da carta aproveitava para reforçar a solicitação do diretor da construção de uma instalação no grupo (chuveiro e banheiros masculino e feminino), como expressão de sua preocupação com a saúde das crianças. Segundo ele, estava colocando em prática a máxima, segundo a qual, "é pelo corpo que chegamos à alma". E continua "Sim, é tratando do corpo da criança que conquistamos seu amor, sua confiança, seu respeito. Quanto mais completa for a assistência escolar, tanto mais benéfica será sua influência no procedimento e na assiduidade dos alunos" (Costa, 1914, p. 9 – RGEL/07).

Na mesma carta, assinada pelo sr. C.J. Carvalho Magalhães, que supomos ser um funcionário da secretaria, Firmino Costa é congratulado pelo trabalho excepcional que tem realizado junto ao grupo e recomenda a sua publicação no jornal Minas Gerais. Ressalta ainda que as obras para a construção da instalação escolar foram autorizadas, ficando incumbido um engenheiro de orçá-las. Termina o texto com os seguintes dizeres: "é um bello relatório e para elle eu chamo a preciosa attenção de V. Exa. O sr. Firmino insisti pela criação de curso agrícola" (Costa, 1914, p. 2 – RGEL/07).

De fato, considerando os trabalhos existentes na horta escolar, o que se depreende do que Firmino solicita no relatório é mais espaço e verba para a expansão do ensino agrícola, com a implementação de maquinário especializado e moderno. Depois de apresentar diversos argumentos sobre a exigência do referido ensino, conclui o relatório da seguinte forma:

O ensino agrícola primário virá formar um novo typo de brasileiro, de que tanto precisa o Estado de Minas, - o operário rural conhecedor de sua arte, o pequeno lavrador que sabe cultivar e conservar a terra, que melhora e barateia os produtos, que acompanha o progresso de sua cidade, prosperando sempre á custa de seu trabalho intelligente e honrado. Si v. exc. confia em mim, digne-se a fazer installar junto a este grupo um campo pratico, ao menos a titulo de experiência. Os illustres antecessores de v. exc. Deram a esta casa de educação elevados testemunhos de seu apreço; não menor é a minha esperança em v.exc., que tem um passado de estudo, de trabalho e de amor a esta terra mineira (Costa, 1914, p. 20 – RGEL/07).

Em relação ao ensino técnico, relata que desde o ano passado tem funcionado um ensino complementar para as meninas. Tal ensino foi aprovado pelo

secretário Delfim Moreira, mediante a apresentação de um plano prévio. Aqui também o educador demonstra sua preocupação com o que considera como o problema nacional: a educação do povo para o trabalho, como contribuição para a grandeza da nação. Ele organizou todo o curso sem ônus para o estado e aparelhado com os utensílios feitos pelos alunos dos cursos técnicos, funcionava em casa alugada com os recursos da Caixa Escolar. Porém, já havia sido adquirido o terreno para a construção de um prédio mais específico para o fim (Costa, 1914, p. 13 – RGEL/07).

São inúmeros os exemplos da disposição de colaboração dos cidadãos de Lavras. Estamos considerando o fato de que o grupo passou a representar, de fato, um pólo cultural da região, e com isso, dada a visibilidade conquistada, seria prestigioso colaborar com suas atividades. Podemos citar o caso do Sr. Antonio Alvarenga, gerente da rede telefônica de Lavras, que instalou um telefone no grupo, sem nenhum ônus para o estado. O nome dado à Caixa Escolar “Dr. Augusto Silva”, em homenagem a um dos beneméritos de Lavras, e os serviços médicos gratuitos do Dr. Paulo Menicucci são também exemplares das estratégias de Firmino para mobilizar, tanto a comunidade local quanto os políticos na capital e em todo o estado.

O Secretário do Interior na ocasião era o Sr. Américo Lopes para quem o relatório foi remetido. Nele, o diretor relata ainda o fato de ter publicado dois trabalhos didáticos: a *Coleção F.C.* e o livro *Ensino Popular: varios escriptos* (1913), os quais são oferecidos ao estado para que sejam impressos e enviados exemplares necessários a todas as escolas. Aqui, nitidamente Firmino expõe, mais uma vez, o desejo de colaborar com o Estado, ao mesmo tempo em que divulga seus trabalhos didáticos. Note-se que, além dos relatórios, da *Coleção F.C.* e do *Ensino Popular: varios escriptos*, também os boletins *Vida Escolar*, circulavam por todo o estado, posto que foram publicados no jornal Minas Gerais. Parece-nos, analisando o teor dos encaminhamentos anexados aos seus relatórios por um funcionário da secretaria indicando a publicação dos mesmos que, a cada publicação, na qual ele expressava as suas concepções educacionais e administrativas configuradas através da experiência cotidiana no Grupo Escolar de Lavras, sua visibilidade e seu prestígio aumentavam entre a intelectualidade da educação mineira. Assim, articulando a atuação local como diretor do grupo, com a visibilidade de suas publicações, Firmino Costa passa a ser, paulatinamente, um educador muito conhecido por suas contribuições políticas e intelectuais na implementação de novas concepções educacionais.

O oitavo relatório do Grupo Escolar de Lavras, apresentado ao Secretário do Interior Américo Lopes, referente o ano escolar de 1914, demonstra claramente o

lugar de alto prestígio social que o grupo vai, a cada ano, conquistando. De acordo com suas palavras, "além de ser um grande meio educativo da infância, este instituto vai-se tornando um grêmio de assistência infantil, um centro de ação social, um guarda das tradições locais, um auxiliar da administração pública". Por esse discurso, proferido de forma assertiva logo na introdução do documento, se pode entrever o alto nível de articulação política com os cidadãos e a confiança em sua rede de sociabilidade local (Costa, 1915, p.2 – RGEL/08).

No relatório chama ainda a atenção, além da constante preocupação com o ensino técnico, porque ele "torna o trabalho metódico e inteligente de modo a melhorar e aumentar a produção" e com o incremento dos cursos agrícolas, o fato de que Firmino parece ter sido designado pela secretaria para analisar e sugerir modificações no Regimento Interno dos Grupos Escolares. Seria interessante aprofundar a pesquisa para perscrutar, por um lado, se essa determinação teria sido estendida a todos os diretores dos grupos do estado e, por outro, quais teriam sido as contribuições dele. Contudo, pelo tom do discurso, parece que a solicitação se deu apenas em relação a ele, sobretudo pela proposição de modificações, como fruto do seu juízo, ao final da frase, segundo a qual, ele afirmava que "cumprindo determinações dessa secretaria, enviei-lhe em 25 de janeiro último um exemplar do regimento interno dos grupos escolares devidamente anotado por mim com as modificações, que julgo conveniente introduzir no mesmo" (Costa, 1915, p.2 – RGEL/08).

Iniciando por apresentar uma síntese das atividades do grupo, no nono ano de funcionamento exitoso, referente ao ano escolar de 1915, a matrícula aumentou em 71% e a frequência em 104%. O diretor também ressalta que os trabalhos realizados com galhardia e diligência acabaram por granjear "consideração e apreço oficial, a estima e a confiança do povo" (Costa, 1916, p 21- RGEL/09).

Parece-nos que neste ano Firmino, enfim, conseguiu incrementar o tão desejado ensino agrícola, pois afirma que os alunos tiveram aulas no Campo de Demonstração, estabelecimento federal, onde praticaram com máquinas agrícolas. Porém, tudo indica a implementação foi possível mais por meio de articulação política com a comunidade, do que do atendimento da secretaria às reivindicações, considerando que as aulas e o uso das máquinas eram feitas em um campo que não pertencia ao grupo e sim ao governo federal.

Ressaltamos ainda a insistência do tema da educação para o trabalho, amplamente explanado na última parte do referido relatório e articulado à necessidade do combate ao analfabetismo, para o qual, todos deveriam concorrer. Inclusive a iniciativa particular, em acordo com o estado, considerando as restrições do mesmo para atender a toda a demanda. Por isso, mandou afixar um

cartaz à entrada do grupo, no qual estava escrita a seguinte divisa "Educação e Trabalho". Ele defende que "são essas as verdadeiras raízes do progresso, a parte básica do patriotismo nacional, cuja garantia contra qualquer eventualidade precisa de ficar assegurada" (Costa, 1916, p 40 - RGEL/09).

Parece-nos que o êxito de todo o trabalho até aqui realizado, sobretudo o desse ano, foi valorizado por meio de uma maior visibilidade da pessoa do educador: o Grupo Escolar de Lavras passou a se chamar Grupo Escolar Firmino Costa. Recebeu a homenagem com modéstia e a acolheu como uma intensificação da sua responsabilidade em prosseguir na tarefa de engrandecimento da nação, através da educação (Pereira, 2005, p. 375).

Não tivemos acesso ao conjunto de pareceres referentes às visitas realizadas pelos inspetores regionais ao grupo. Todavia, no relatório referente ao ano letivo de 1916, o décimo deles, estava anexado um termo da visita feita pelo inspetor escolar José Martins de Andrade. O referido termo é pleno de elogios reforçando que, não obstante a qualidade e erudição dos relatórios enviados à secretaria, a realidade era bem mais expressiva da qualidade educacional e que todo o povo lavrense deveria ser grato a tão proveitoso trabalho realizado pelo diretor. O curioso é que parece ser o próprio Firmino que remeteu o termo à secretaria e, mais, considerando que o referido inspetor solicitou exoneração do cargo, ele estava indicando para a função, o Dr. Paulo Menicucci. Nos termos em que o fez, transpareceu uma confiança na aceitação de sua indicação pela secretaria. Esse fato nos é também indicativo da influência política na capital. Assinam o termo, o diretor e o inspetor exonerado em 10 de junho de 1916 (Costa, 1917, p. 1 - RGEL/10).

No mesmo relatório, no qual Sr. Américo Lopes ainda era o Secretário do Interior do Estado, apresenta um minucioso detalhamento de toda a organização do grupo, através do qual se pode entrever uma crescente sofisticação em relação ao funcionamento inicial, sobretudo se comparada ao conteúdo da retrospectiva dos dez anos de funcionamento da instituição. Observa-se aí a preocupação do diretor em realçar a estabilidade alcançada pela caixa escolar para a assistência eficaz às crianças, o atendimento ativo às orientações iniciais da Reforma, bem como as obras do período, as quais serão analisadas nos tópicos seguintes, como auxiliares ao cumprimento do programa (Costa, 1917, p. 11 - RGEL/10).

No relatório do ano seguinte, o décimo primeiro e o último ao qual tivemos acesso, retoma o desejo de que o grupo se torne uma escola modelo para o estado e declara não ter poupado esforços para isso. Pede, para isso, que seja enviado a Lavras um profissional que possa acompanhar os trabalhos desenvolvidos e depois multiplicar para outras escolas. O parecer sobre o relatório foi assinado por

Juscelino Aguiar, certamente um funcionário da secretaria, e sintetiza os principais pontos que atestam que o funcionamento do grupo seguia com perfeição em todos os aspectos. Em seguida, aparece uma anotação sem assinatura, na qual está a seguinte declaração sobre o relatório do diretor: "como sempre é excelente o relatório do Sr. F. Costa, e a sua leitura pelos profs. E diretores de grupo, será de grande utilidade. Pela sua publicação. [Assinado] RF" (Costa, 1917, p. 1 - RGEL/11).

Neste ano, o Secretário do Interior era o sr. Vieira Marques e Firmino Costa o agradece a honra de ter tido os 12 relatórios anteriores publicados, sob os cuidados da secretaria, como forma de reconhecimento ao trabalho realizado à frente do grupo. Entretanto, considera que a obra ainda não se encontra completa, restando somente a presença do tal profissional para acompanhar de perto os trabalhos do instituto, como que para aferir sua aptidão, para tornar-se a tão desejada escola modelo e multiplicar, assim, as práticas educacionais bem sucedidas. Lembramos que a solicitação era de longa data, pois esteve presente também no primeiro relatório.

Interrogamo-nos sobre o que estaria por traz desse desejo persistente. Se a presença dos inspetores nas escolas não era muito amiúde ao menos era regular, e, assim sendo, poderia preencher a exigência. Contudo, ele reitera o desejo. A reivindicação nos sugere algum movimento estratégico, em direção a um desejo acalentado de deslocamento para a capital. Se o grupo de Lavras se tornasse escola modelo, o seu diretor poderia deixá-lo aos encargos de outro e participar mais ativamente da divulgação das práticas ali desenvolvidas, o que acabará por suceder. Contudo, os dados coligidos nem comprovam e nem reprovam nossa hipótese.

Ao apresentarmos os relatórios de Firmino Costa, sobre o Grupo Escolar de Lavras, entre 1907 e 1917, através dos próprios discursos escritos, tivemos por objetivo analisar como foi se configurando a atuação de articulador político em níveis local e estadual, isto é, como foi-se estruturando a rede de sociabilidade e como ela foi mobilizada. Para tal, tomamos alguns aspectos presentes nos relatórios, tais como a preocupação com a matrícula e com a frequência das crianças em idade escolar, o combate ao analfabetismo, o funcionamento da Caixa Escolar, a preocupação com a formação para o trabalho, mas, sobretudo, a forma original com que ele realizou o projeto educativo e mobilizou a comunidade local e também alguns proeminentes políticos da capital mineira para a consecução do mesmo.

Mostramos como, em seu discurso, esses aspectos foram explicitados a partir de uma tensão entre a dimensão da denúncia, acerca das velhas práticas

educativas, do que deveria ser superado; e a do anúncio, das possibilidades educacionais traduzidas pela Reforma, de formas inovadoras de realizar a educação. Denunciava também aquilo que havia sido proposto por ela e ainda não fora cumprido. Assim, a dinâmica da denúncia e do anúncio acabou por funcionar como um importante dinamizador do cenário educacional mineiro, na medida em que suas concepções foram amplamente divulgadas através da publicação sistemática dos relatórios.

Incontestavelmente, os relatórios de Firmino Costa, escritos com evidente esmero, ainda mais considerando que foram indicados para a publicação, representam uma importante fonte de estudo para se compreender as práticas educativas no começo do século, em Minas Gerais. Apresentam, tanto aquelas que deveriam ser superadas, como as que deveriam ser implementadas, e, sobretudo, a tensão entre ambas. Além disso, explicitam a trajetória de um professor e diretor empenhado em fazer com que a Reforma educacional de João Pinheiro e a dos subseqüentes presidentes do Estado, representassem, de fato, um diferencial de formação para um povo dilapidado pela escravidão e pela ignorância de séculos de uma cultura educacional insípida e elitista. Nesse sentido, uma das mais importantes estratégias para dar visibilidade às suas concepções como forma de contribuição ao desenvolvimento da educação, além dos relatórios, foi o boletim intitulado *Vida Escolar*¹⁸, que também foi publicado para todo o estado.

1.2 O Jornal como porta-voz do progresso pela educação

"É conveniente fazer do aluno um futuro assignante de jornal, de um excelente diário brasileiro" (Costa, 1937, p. 18).

O jornal¹⁹ representava no Brasil, desde os tempos do Império, uma forma de expressão das elites intelectuais e econômicas. Por isso, todos aqueles que eram dignos de serem "ouvidos" acabavam por usá-los como veículo privilegiado para a circulação das idéias e debates. Quando, por motivos políticos ou econômicos, não era possível, não era incomum diversos políticos e intelectuais criarem os próprios jornais. Claro está que não havia mesmo muitas outras formas de se expressarem

¹⁸ Sobre o boletim *Vida Escolar*, Dias (2005) informa que "Publicou-se durante dois anos, circulando apenas nos períodos letivos. Saíram 34 números, entre o dia 1º de maio de 1907 e 15 de novembro de 1908. A assinatura anual custava dois mil réis, com pagamento adiantado. Constava o jornal de quatro páginas, havendo as seguintes seções fixas referentes a acontecimentos, locais ou não, de interesse do ensino: notícias; comemorações; história de Lavras; grupo escolar; corografia de Lavras. Além disso, publicava comentários pedagógicos. Estes eram quase sempre de autoria do próprio diretor do jornal e do grupo; alguns foram assinados por outras pessoas: os professores Jacinto de Almeida e Suzana Alvarenga e o deputado Zoroastro de Alvarenga" (1986, p. 142).

¹⁹ Segundo Gomes (2002), em 1912, circulavam no Brasil 1377 periódicos, 149 diários e 677 semanais (p. 270).

e o jornal atingia mais pessoas, mesmo considerando o número ainda reduzido de leitores. Nesse sentido, só o fato de escrever para um jornal representaria, sem dúvida, uma estratégia prestigiada para a visibilidade das idéias e para a sua circulação.

O fato de Firmino Costa ter publicado e escrito a maior parte dos artigos em um jornal criado por ele, em Lavras, é indicativo de que conhecia bem o poder que o jornal teria para atribuir visibilidade a um empreendimento e sua importância para o convencimento e a conformação a um conjunto de idéias. Desde os tempos que antecederam a República, diversos símbolos foram constituídos para esse fim. Mas, sem dúvida, entre eles, a “palavra escrita e falada” ocupava papel de capital importância (Carvalho, 1990, p. 139).

Nos trinta e quatro números do boletim publicados com periodicidade quinzenal, entre maio de 1907 e novembro de 1908, primeiramente na imprensa lavrense, é patente a relação entre os conteúdos destes e o dos relatórios. Enquanto os relatórios tinham um caráter oficial e eram destinados aos técnicos e especialistas da educação, o boletim tinha por objetivo informar a comunidade local sobre as atividades e progressos do Grupo Escolar, e o de estimular a participação no projeto educacional. Provavelmente também em troca do reconhecimento público, possibilitado por sua circulação, através da visibilidade propiciada àqueles que assim o fizessem. Mas, através da publicação do impresso, o educador esperava contribuir para o conhecimento da história local apresentando uma nova face de suas atividades intelectuais: a de historiador.

Já em seu primeiro relatório, em 06 de julho de 1907, Firmino Costa informa às autoridades mineiras que, antes mesmo da inauguração do grupo em 13 de maio, no dia 1º, publicou o primeiro número do boletim, como órgão do grupo, no qual ele haveria de tratar “de assuntos relativos á instrução e á história do município. Sendo um dos fins do Grupo tornar conhecido dos alunos o seu município, acredito será compensado meu trabalho na ‘Vida Escolar’ pelo auxílio que delle advier ao estudo da história e da chorographia de Lavras” (Costa, 1907, p. 3 – BVE/01²⁰).

De fato, no primeiro número da referida publicação, o autor informa sobre os objetivos do *Vida Escolar* ressaltando seu caráter informativo, tanto ao que se refere aos dados históricos e geográficos da região, aos acontecimentos cotidianos de maior relevo, às questões dos cuidados e higiene com a saúde, quanto aos dados de matrícula e das primeiras providências pendentes para o funcionamento do grupo. Dois aspectos do primeiro número chamam-nos a atenção: num primeiro

deles o autor adverte de que o boletim não entrará em contendas religiosas ou políticas, isto é, permanecerá, nestes aspectos, num um espaço "neutro". Num segundo, afirma com convicção que, considerando o caráter cívico, "merecerá sem dúvida este boletim, o apoio de todos os nossos conterrâneos, dos quaes elle espera generoso acolhimento" (Costa, 1907, p. 1 – BVE/01).

Com as duas declarações, parece-nos que o diretor, por um lado, expressa claramente seus ideais liberais e democráticos defendendo o caráter laico da Reforma em curso. Por outro, não obstante seu posicionamento contra a educação católica, procura abrandar as resistências e os melindres que esse poderia causar, pois parece ter consciência da importância de manter, senão todas, ao menos as principais portas da comunidade local e alhures abertas, como condição relevante para a realização de seu projeto.

No segundo boletim, datado de 15 de maio de 1907, publica seu discurso inaugural do grupo e o telegrama de congratulação do então Secretário do Interior, Carvalho Brito. Ele chama a atenção para o caráter pioneiro da Reforma em Minas, propondo uma educação popular e, com um fim social para formar um homem útil a si, à família e à pátria, a exemplo de outras grandes nações que já empreenderam esse caminho. Segundo suas palavras "Para o Estado de Minas Gerais chegou felizmente a sua vez de tomar a verdadeira estrada do progresso, na qual nenhum paiz poderá guiar-se sem o pharol da educação popular, que com tanto fulgor vae á frente da civilização esse poderoso império da Allemanha e essa portentosa republica norte-americana" (Costa, 1907, p. 2 – BVE/02).

A temática do ensino profissional, dentre os temas educativos, é aquela que mais povoou os textos de Firmino Costa publicados no *Vida Escolar*. Para ele, todos os conhecimentos ministrados na escola serão insuficientes se o homem não souber trabalhar, pois qualquer nação só pode ser construída mediante o trabalho, que só poderá ser exercido de forma eficiente se for ensinado na escola. Esse é, para ele, um dos principais pontos da Reforma da instrução, a qual propugnava um curso de ensino técnico que se deveria iniciar no terceiro ano.

A defesa do ensino técnico profissional, para além de combater a infreqüência dos alunos, também funcionou como uma possibilidade concreta de o aluno aceder à condição de cidadão trabalhador e, por meio da nova condição social, contribuir para o progresso da nação permanecendo por muito tempo nos discursos dos reformadores da educação nos anos vinte e trinta. Portanto, a idéia predominante seria a de que a educação deveria se aproximar do trabalho, sobretudo aos moldes fabris. Ainda que nem todas as concepções presentes nessa

²⁰ Para facilitar a identificação do autor, as referências do Boletim *Vida Escolar* virão seguidas da seguinte sigla: BVE, e pelo número da publicação. No anexo II, à página 302 está a

ambiência convergissem para o mesmo lugar, Carvalho (1998) identificou um certo consenso, segundo o qual:

Incorporando expectativas de "racionalização" do trabalho industrial, a valorização da educação, quando vinculada à crença nas virtudes dos novos métodos pedagógicos, visava que a escola organizasse a atividade do aluno em moldes fabris: "No momento em que o mundo proclama métodos de organização do trabalho como fator essencial da prosperidade econômica" (...) "a educação moderna" se instituía dando a esse trabalho, "desde os primeiros passos do aluno, uma diretriz segura para a 'racionalização' unanimemente prescrita em todos os ramos da atividade humana" (Carvalho, 1998, p. 155).

Bem na direção que aponta o trecho acima, Firmino defende, além de propor algumas sugestões de organização, que é através do ensino profissional que o governo resolverá o problema da educação do povo e que, para tal, o Dr. João Pinheiro muito tem feito em tão pouco tempo. Contudo, lembra o quanto há ainda para ser feito, visando a atingir os fins patrióticos que se pretende (Costa, 1907, p. 1 – BVE/02).

Os artigos relativos ao combate ao analfabetismo são duros e, segundo o educador, deveria haver uma punição àqueles que abandonassem a escola, ou para os pais e responsáveis que não mantivessem ali seus protegidos da mesma forma que existe para os desertores do serviço militar (Costa, 1908, p. 1 – BVE/02). A verdadeira "praga da nação brasileira" não seria completamente superada enquanto as crianças em idade escolar não estivessem na escola. Por isso, seria necessário assegurar legalmente que elas aí estivessem.

O problema da freqüência e da matrícula escolar das crianças era também bastante freqüente nos artigos publicados no jornal. O discurso direcionava-se àqueles pais ou protetores que, mesmo tendo feito a matrícula das crianças, não as deixavam ir às aulas para explorar o seu trabalho. Chamava-os de egoístas, posto que impediam que as crianças aprendessem uma profissão digna para o seu progresso e o da nação. Embora não tenhamos condições de averiguar diretamente o impacto que tal denúncia poderia ter alcançado na sociedade lavrense, parece-nos que trouxe alguns benefícios, considerando que a matrícula e a freqüência foram aumentando significativamente a cada ano. O parágrafo abaixo transcrito é exemplar de seu posicionamento sobre a questão:

É que chegando a certa idade, o menino pertence á escola, e somente ahi elle desenvolverá a intelligencia, de modo a comprehender os seus deveres, a sentir as suas responsabilidades, a interessar-se pelo seu futuro. Absorvidas pelas occupações diárias, a sociedade e a família não poderão cuidar convenientemente da educação do pequeno, e este, crescendo longe da escola, ver-se-á cercado por um certo indifferentismo e guiado apenas pela ignorância para adquirir a pratica do mundo (Costa, 1908, p. 3 – BVE/20).

Fica claro nos boletins, assim como nos relatórios, que o enfrentamento do problema da freqüência e da matrícula, ainda que estrategicamente exposto no jornal, seria melhor dimensionado através da implementação do ensino técnico profissional, através do qual os pais e responsáveis poderiam ser melhor convencidos da importância de manterem as crianças na escola. Por isso, também a insistência junto à Secretaria do Interior para os recursos necessários a tal atividade. Contudo, através da visibilidade desse e de outros problemas que desafiavam o progresso do grupo, a comunidade local, vai aderindo paulatinamente ao projeto educacional de Firmino e enviando as crianças à escola, em razão mesmo da contundência de seu discurso, como podemos constatar no trecho a seguir:

Si vosso filho, ou protegido, chegou á idade escolar, cumpre-vos preparal-o para a vida. É vossa obrigação desenvolver-lhe a intelligencia e ensinar-lhe o trabalho. Si não lhe derdes instrucção, elle viverá talvez como o boi, que se satisfaz tão somente com os gosos materiaes; ele poderá passar a vida atual tal qual o carneiro, que nada progride em sua existência; elle será pouco mais que o cavallo, o qual é montado e em breve tempo deixa de saltar. Si vosso filho não souber trabalhar, elle acabará provavelmente na miséria, ainda que trabalhe, porque seu ganho será diminuto e á causa de grande esforço. So a instrucção e o trabalho, a instrucção verdadeira, que faz os competentes e os educados, e não os pedantes e os atrevidos, o trabalho intelligente e methodico, que leva á virtude e á prosperidade, somente esses podem tornar o homem útil a si e aos outros (Costa, 1908, p.1 – BVE/29).

Considerando o gradual envolvimento, não só dos pais e responsáveis verificado através do aumento da freqüência e da matrícula, mas também de membros mais proeminentes da sociedade lavrense, o projeto educativo de Firmino Costa foi ganhando força e vitalidade e teve como importante aliado o boletim *Vida*

Escolar, não obstante sua vida efêmera. Uma questão que foi também fartamente tratada aí, sobretudo nos últimos números, se refere à causa republicana. Por eles é possível entrever a rede de sociabilidade local que se articulava em torno da premissa, da qual o intelectual fazia parte, e asseverar que o cimento que os unia, em grande medida, era o ideal republicano.

Segundo o artigo intitulado “*A República*” publicado no número 34 do boletim, como comemoração dos 19 anos da promulgação, a Câmara Municipal lavrense ainda levantava a bandeira. Ilustres representantes participavam da câmara de deputados geral e provincial, tais como Dr. Álvaro Botelho e Dr. Martins Andrade, respectivamente. O objetivo do artigo foi o de relatar o contentamento com que foi recebida a notícia da República pelo povo de Lavras. Na ocasião, vários proeminentes senhores pronunciaram um discurso de aclamação, dentre eles Francisco Salles e o próprio Firmino Costa, e outros tantos foram publicados na Gazeta de Lavras, o principal jornal local. Diversas foram as formas de expressão da exultação popular, contudo, segundo ele, nenhuma se igualou ao passeio do povo até a Câmara Municipal, portando a bandeira como símbolo nacional, permanecendo ali hasteada (Costa, 1908, p1 – BVE/34). O texto nos informa sobre o lugar honorável e reconhecido de intelectual e político ocupado por Firmino desde os tempos que antecederam o de diretor do Grupo, como também sobre o potencial de articulação que o lugar encerrava. Daí, inclusive, uma das justificativas para a escolha do seu nome para o cargo.

No número anterior do boletim, de 1º de novembro de 1908, Firmino Costa apresenta um texto pesaroso sobre a morte inesperada do presidente do estado, João Pinheiro. Passa então, a exaltar as qualidades do político e ressaltar que sua mensagem derradeira foi a da exigência de se prosseguir com os ingentes esforços de realização do projeto educacional mineiro, como forma de expressão do ideal republicano, que, nos seus 18 anos de existência, vai ganhando forma e vitalidade, sem jamais retroceder. Cita as suas palavras, segundo as quais ele seria “*A realização do lema que se inscreve no pavilhão brasileiro pela perfeita conciliação da ‘Ordem e Progresso’*”. Reporta, ainda, que a notícia da morte do governador foi enviada através do secretário Carvalho Brito para o deputado estadual Zoroastro Alvarenga, que fez chegar a todos em Lavras (Costa, 1907, p. 2 – BVE/33). Assim, a mensagem publicada foi, ao mesmo tempo, expressão do pesar que o assolava pela perda e da esperança nos frutos que certamente já estavam sendo colhidos dos ideais firmemente semeados durante toda a vida política do presidente do estado.

Como vimos através de alguns excertos, o boletim *Vida Escolar* traduziu, em grande medida, a atuação política e intelectual de Firmino Costa nos dois primeiros

anos de direção do Grupo Escolar de Lavras e parece ter lhe dado mais lastro para a realização de seu intento. Isso porque, mais do que outros escritos, “eles testemunham o impulso inicial da carreira de mestre-escola do diretor do grupo de Lavras” (Dias, 1986, p. 170).

Procuramos ressaltar aqueles elementos mais especificamente ligados à forma política e intelectual de mobilizar a sociedade local para o envolvimento com o processo de instauração de uma nova cultura escolar, preconizada pela Reforma da Instrução Primária do presidente do estado João Pinheiro e consubstanciada no referido grupo. Nesse sentido, elencamos um conjunto de aspectos de seu pensamento, isto é, do repertório de idéias que mais nos informaram sobre o posicionamento frente aos auspícios republicanos, por ele apropriados de forma particular, através da atuação educacional, tais como a luta contra o analfabetismo, o combate ao problema da freqüência e da matrícula, e a educação para o trabalho.

Além de evidenciar as práticas sociais e culturais locais, bem como as de seus protagonistas mais ilustres e divulgar idéias e concepções pedagógicas e informações históricas, os boletins, a exemplo dos relatórios, conferiram, a partir do grupo escolar, uma enorme visibilidade ao trabalho educacional ali realizado sob a direção de Firmino Costa. Segundo Dias, “nos registros da *Vida Escolar*, percebe-se o grande número de visitantes que procuram conhecer a obra educativa de Firmino Costa; (...) são professores de municípios vizinhos, políticos, secretários da educação de outros estados” (Dias, 1986, p. 170).

Entretanto, durante o tempo de diretor, Firmino Costa publicou pelo menos três obras igualmente expressivas²¹: *O Ensino Popular: varios escriptos*, de 1913; *A Grammatica Portuguesa*, de 1920 e *O Ensino Primario*, de 1921, todas pela Imprensa Oficial.

1.3 Os livros como expressão política e intelectual do educador

“O livro, alimento e luz da intelligencia, ensina a pensar e ao mesmo tempo illumina o pensamento” (Costa, 1937, p. 15).

Neste item, a exemplo dos anteriores, na análise dos livros²² de Firmino, publicados enquanto ele exercia a direção do Grupo Escolar de Lavras, ressaltaremos os mesmos aspectos tomados para análise nos relatórios e nos

²¹ Segundo Peixoto (1999), o autor publicou ainda, entre 1916 e 1917, “uma série de estudos na *Revista do Brasil*, dirigida por Monteiro Lobato, sob o título geral de *Vocabulário analógico*. Tais trabalhos seriam reproduzidos pelo jornal *Minas Gerais* e, posteriormente, reunidos no livro do mesmo nome. Se o tema ali abordado era já completa novidade no início de 1930, quando o livro foi publicado com Prefácio de Afonso de Taunay, mais pioneiro ainda ele o fora em 1916. Nele, Firmino valorava a utilização de autores regionais do noticiário da imprensa” (p. 190).

boletins, ou seja, aqueles mais diretamente conectados à expressão de sua articulação política, tais como a preocupação com a formação para o trabalho, o combate ao analfabetismo, e a mobilização de sua rede de sociabilidade, sobretudo através do funcionamento da caixa escolar. Tomaremos os especificamente relativos às concepções educacionais de forma mais detida nos próximos capítulos.

Ao propormos o percurso de análise que enfatizou a dimensão política e intelectual entre a dimensão propriamente educacional, presentes de forma indissociável em sua atuação, não estamos defendendo a idéia de que possam ser, ou tenham sido, efetivamente descoladas entre si. Se assim o fazemos, nesse capítulo, é devido ao esforço de, por um lado, compreender a complexidade das suas formas de atuar, bem como as referências que as informaram e, por outro, tendo estabelecido previamente um conjunto de elementos altamente condicionantes de suas práticas políticas e intelectuais, como são os aspectos acima referidos, procuramos re-significar a dimensão de sua atuação iminentemente educacional. Feitas as considerações, vejamos como foram tratados os referidos aspectos em cada uma das obras acima mencionadas.

Nas três obras, são preponderantes os temas mais diretamente ligados à educação e sua exploração ocupará todo o Capítulo III. Em linhas gerais, tratam dos mesmos temas abordados nos relatórios e nos boletins, até porque foram escritas mais ou menos de forma concomitante. Entretanto, aqui são apresentados com maior profundidade e uma argumentação e exemplificação mais amplas, através das quais Firmino Costa pôde explicitar melhor suas concepções acerca da educação, consubstanciadas no repertório que informa as ações intelectuais e políticas. Portanto, nosso objetivo neste capítulo é o de realçar essas dimensões de suas ações.

Na obra *Grammatica portuguesa* (1920) expõe sua original concepção da gramática e ensaia seus passos de filólogo. Portanto, trata-se uma obra iminentemente didática através da qual “buscava inferir normas e tendências com base em abundante exemplificação, retirada de clássicos portugueses e de autores modernos, especialmente brasileiros. Nem todos eram consagrados” (Dias, 1986, p. 143). Já na intitulada *o Ensino primario* (1918), terceira obra publicada, expõe os temas já anteriormente abordados no *Ensino popular: varios escriptos* (1913).

Considerando que analisaremos as obras mais detidamente no capítulo III e que aqui nos interessa aqueles aspectos que mais informam sobre a dimensão política e intelectual do educador, período, torna-se mais relevante para o objetivo aqui proposto, analisar mais detidamente apenas alguns textos do livro *O Ensino Popular: varios escriptos*, de 1913, nos quais essa dimensão é mais ressaltada.

²² No anexo III, à página 304, estão arrolados todos os livros publicados de Firmino Costa.

A referida obra contém 33 capítulos distribuídos por 101 páginas, dos quais, conforme afirmamos anteriormente, a maior parte é relativa a assuntos que informam sobre as concepções educacionais. Na introdução, foi publicado o discurso proferido por ocasião da inauguração do grupo, no mesmo ano e, como fechamento, o discurso de paraninfo da turma do Secundário do Instituto Evangélico de Lavras. Provavelmente por isso, não obstante a defesa do caráter laico do ensino, o referido discurso termine com os seguintes dizeres: “Mas o melhor de tudo é crer em Christo” (Costa, 1913, p. 108). Há também a publicação, no capítulo 3, do relatório relativo ao ano escolar de 1911, e sobre o qual já nos dedicamos em outros tópicos.

De todos os capítulos, alguns retratam de forma exemplar as concepções que informam mais diretamente sobre a atuação política e intelectual republicanas durante o período de direção do grupo escolar de Lavras. São eles: *Contra o analfabetismo*, *A bem da infância*, *A pressa*, *Vosso Filho*, *Ensino tecnico*, *Problemas nacionaes*, *Ensino profissional* e *Caixa Escolar*. Não coincidentemente, os capítulos podem ser agrupados em três classes de questões, as quais têm sido tratadas desde o início deste capítulo: a primeira delas refletiria a preocupação constante com o analfabetismo e o problema da freqüência e da matrícula escolar, e reuniria o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto capítulos da lista acima mencionada; a segunda retrataria a questão da educação pelo trabalho, como forma de progresso individual e da nação, e aglutinaria o quinto, o sexto e o sétimo capítulos. A terceira e última classe se referiria ao sentido da Caixa Escolar, atribuído por Firmino Costa, para provocar o envolvimento da sociedade local como condição de realização do projeto educacional, e estaria melhor expressa no capítulo oitavo da referida lista.

Em relação à primeira delas, a preocupação com o combate ao analfabetismo está exemplarmente apresentada no grupo dos quatro primeiros capítulos através dos quais o educador reforça o apelo aos pais e protetores sobre o dever de matricular as crianças na escola e zelar pela assiduidade. Como argumento, enfatiza os aprendizados de ofícios diferentes que poderão ser conquistados pelas crianças que freqüentam o grupo, a cada ano, até chegar, quem sabe, ao ensino superior. Lamenta, no texto intitulado *Vosso filho*, o fato de que um determinado amigo em comum, cujo nome não é mencionado, mas, provavelmente, tratava-se de alguém bastante conhecido na localidade, não considere importante enviar também a sua “filhinha” para a escola, evidenciando, assim, a diferença entre o lugar do homem e da mulher na sociedade daquela época. Firmino Costa adverte que, se “elle acredita que a mulher tem uma alma igual a do homem e sabe que ella irá ser companheira deste, compartilhando na

família os deveres domesticos, para cujo desempenho não basta a ignorancia. E uma mulher ignorante, sem educação, como poderá fazer feliz a um marido educado?" (Costa, 1913, p. 72).

Ressalta, no artigo intitulado *A bem da infância*, a importância de medidas adotadas recentemente na capital da República que deveriam ser estendidas às demais cidades. As mesmas versam sobre a proteção da infância, através da qual, menores de 12 anos não poderiam trabalhar no circo e casas de diversão, onde têm sido despidoradamente exploradas pelos empresários. Argumenta que o lugar das crianças é na escola, pois ali podem ser protegidas e crescerem com saúde, uma vez que "a escola deve ser protectora das creanças, que lhe pertencem quase tanto como aos Paes" (Costa, 1913, p. 75).

O problema dos pais e protetores que matriculam as crianças na escola, mas não permitem que elas concluam nem mesmo o ensino primário é retomado no artigo intitulado *A pressa*. De acordo com Firmino, os pais têm pressa de que os filhos deixem a escola e vão prematuramente para o trabalho e com isso sacrificam o futuro deles. O ensino primário é a base de qualquer formação e, portanto deve ser cursado até o final. Termina o artigo renovando o apelo aos pais para que eles não se apressem "(...) em tirar da escola os filhos, mas sejam diligentes em conservá-los allí até finalizarem o curso primário, que assim, em qualquer hypothese, terão dado a elles os meios proprios de conquistar na vida uma posição honrosa" (Costa, 1913, p. 80).

No artigo intitulado *Contra o analfabetismo*, reporta sobre o evento que ocorrerá brevemente na capital mineira, cuja tese principal versará sobre os "remédios sociais" que mais rapidamente poderão dar conta do problema do analfabetismo no Brasil. Sua resposta pronta e contundente para a questão é a de que o melhor remédio seria a formação do professorado para o ensino primário, chegando a afirmar que seria melhor a supressão da escola do que a sua manutenção sem um corpo de professores adequadamente formado. Assevera que tem conhecimento de que esse seria o pensamento do governo, "firme no propósito de melhorar o ensino primário", mas que, infelizmente, na prática, o que acontece é a permanência de professores parcamente preparados²³ e inábeis para lidar com as exigências de uma boa educação. Na sua conclusão, diz que "enquanto os defeitos do ensino público primario forem apenas ladeados, sem se enfrentar o maior deles, que é o professor inhabil, nós estaremos marcando passo, sem fazer povo, sem garantir o futuro da patria" (Costa, 1913, p. 94).

²³ Sobre o histórico do problema da formação docente para o ensino primário, consultar Villela (2001).

Tratando da segunda questão, qual seja a formação para o trabalho, expressa através do ensino técnico profissional, sempre presente nos escritos de Firmino Costa, informa as concepções através das quais operava a sua prática educativa. O segundo grupo de artigos procura esclarecer as formas de organização do referido curso oferecido pelo grupo e os objetivos a serem atingidos em cada um dos anos. Como exemplo do êxito de tal iniciativa, relata que, no ano anterior ao da publicação, formou-se a primeira turma de 11 alunos, que tendo concluído toda a formação, saem aptos para ganhar a vida, "por meio do ofício aprendido" (Costa, 1913, p. 97).

Mesmo tendo aceitado as críticas de alguém que teria dito que as instalações para esse curso seriam feias e acanhadas e que mereceriam uma reforma, e ele próprio reconhecia a necessidade, afirma, no artigo intitulado *Ensino tecnico*, que o curso complementar "representa uma verdadeira conquista democrática, que satisfaz uma das mais justas aspirações do povo, abrindo uma carreira para os meninos e meninas pobres, aos quaes faculta a aprendizagem de um ofício ou de uma arte" (Costa, 1913, p. 88).

No artigo intitulado *Problemas nacionaes*, Firmino aborda a questão da formação agrícola conectada ao problema da formação de professores. Segundo ele, a riqueza do país estaria atrelada ao aproveitamento da terra, como também à defesa nacional. Mas, para isso seria necessário preparar lavradores e militares, a exemplo das nações mais ricas e também a exemplo de São Paulo. Cita, em outro artigo, *O Ensino profissional*, a quais países estaria se referindo acima. Para ele, a Bélgica e a Suíça seriam exemplo de países que se desenvolveram a partir da incrementação do ensino profissional. Assim como nesses países, a base de nossa organização agro-pecuária deve estar no ensino técnico profissional agrícola. O que faltaria, contudo, para nosso estado alcançar tão necessário propósito, seria a formação de um corpo de professores adequado.

O professorado deveria ser, por sua vez, formado nas próprias escolas, em cursos complementares. Para isso, reivindica do governo uma maior autonomia para que a instrução primária possa dar maior prioridade à atividade. Justifica sua reivindicação argumentando que não vê outra forma de crescimento e de autonomia para o estado, "que não tem produzido melhores fructos por causa da ignorância do povo e da excessiva centralização dos serviços públicos" (Costa, 1913, p. 90). Termina por enaltecer a Escola Normal de Belo Horizonte como a melhor do estado, mas que, entretanto, só prepara professores para a capital, ficando as outras localidades desprovidas de um professor melhor qualificado.

A Caixa Escolar talvez tenha sido um dos instrumentos que mais mobilizou a participação direta do povo lavrense no projeto educativo de Firmino Costa e vimos,

nos tópicos anteriores, de que forma ele a utilizava para o benefício do grupo. Todavia, nesse artigo, ele escreve de forma mais concisa sobre suas concepções acerca do importante veículo de contribuição, certo de que todo o povo concorda que, a Caixa Escolar, ao arrecadar os donativos para a manutenção da educação de alunos pobres, o restituirá com os frutos de civilidade e de desenvolvimento. Assim, ela seria uma espécie “de penhor de melhor futuro para a cidade”. Para Firmino, a Caixa Escolar representaria uma forma de associação beneficente das mais importantes, “útil e humanitária”, ao contribuir para a formação dos desvalidos, os quais de outra forma, estariam desguarnecidos e perdidos na ignorância. Sua importância também reside no fato de que não espera que os filhos da indigência se percam no vício e na insalubridade, para então, fazer alguma coisa por eles. Ao contrário, a Caixa Escolar contribuiria ainda na infância, atraindo “para a atmosfera salutar da escola os filhos da pobreza, que hão de habituar-se allí ao trabalho metódico e inteligente” (Costa, 1913, p. 81).

O educador, citando o pedagogo americano Horace Mann, defende que a educação é a prerrogativa da riqueza de qualquer nação e como tal precisa ser estendida a todos. A Caixa Escolar garantiria a possibilidade de manter os desafortunados na escola, considerando as dificuldades das nações ainda em crescimento. Segundo ele, todas as diferenças culturais, históricas e geográficas devem ser toleradas e compreendidas, mas, como condição do progresso e do desenvolvimento das nações só mesmo o combate enérgico do analfabetismo, este sim, seria intolerável. Além disso, seria uma arma contra a instauração de despotismo, o qual estaria mais associado aos países nos quais grassaria a ignorância. Portanto, o combate ao analfabetismo seria uma importante arma a favor do fortalecimento da democracia (Costa, 1913, p. 81).

Procuramos ressaltar no último tópico, as formas de atuação de Firmino Costa que mais nos informam sobre as concepções que subjazem à sua atividade política e intelectual na condição de diretor do grupo escolar de Lavras, a partir da análise de suas obras escritas mais expressivas. A saber: seus relatórios, os boletins *Vida Escolar* e os livros publicados no período, com ênfase no de 1913. Nosso objetivo através desse procedimento foi o de, por um lado, identificar aqueles aspectos de seu pensamento que, de certa forma, sustentaram e condicionaram as práticas educacionais e foram por elas condicionadas. Por outro, poder dedicar de forma mais nítida às questões educacionais, evidenciando, sobretudo, o trânsito do pensador entre as concepções sobre o método intuitivo em direção ao ativismo educacional, o que faremos nos capítulos subseqüentes.